



Editorial

Neste início de 2007, no primeiro Boletim Informativo do ano, duas questões merecem a nossa atenção e reflexão. Ambas respeitam a opiniões e preconceitos que as modelam, veiculadas por militares e civis, ressoando directrizes e raciocínios produzidos nas centrais de informação governamentais, na sequência das iniciativas na defesa da Condição Militar.

Uma dessas linhas de ataque à ANS, afirma que perdemos a credibilidade. Que os órgãos de soberania já não nos recebem, porque radicalizámos as nossas posições sem dar abertura (nem cobertura) às pretensões ofensivas do Governo.

Quanto à credibilidade. Importa considerar em relação a quem: àqueles a quem representamos, ou relativamente àqueles que, devendo cumprir e fazer cumprir a lei (como nós, embora sem terem de assumir o sacrifício da própria vida!), a incumprem reiteradamente?

Mas vejamos um exemplo prático interessante e sintomático. Associativamente este ano começou com a tomada de posse dos novos Órgãos Sociais da ADFA, a quem oportuna e localmente saudámos. A cerimónia, como já vem sendo hábito, contou com a presença de muitas individualidades e entidades de peso governamental e político: dois secretários de Estado, Secretário-geral do MDN e respectivos Director-geral e Sub-directora-geral do Pessoal e do Recrutamento Militar, representantes dos ramos, etc.

Em Maio de 2006, por ocasião do aniversário desta associação, o próprio ministro da Defesa

Nacional (à data o Dr. Luís Amado), no discurso afirmou que em Junho desse ano, determinado problema específico daquela associação estaria resolvido.

Ora, se o factor determinante para a resolução dos problemas e demonstrativo da credibilidade de uma associação fosse o número de entidades oficiais em cada evento e a quantidade de convites formais para as cerimónias oficiais, certamente estaríamos perante um caso de sucesso, no que respeita à credibilidade, e os seus problemas não existiriam porque os créditos acumulados impunham a sua resolução imediata e preventiva.

Mas tal não sucedeu! O ministro mudou de pasta e as tais resoluções prometidas em discurso oficial continuam por ver a luz do dia.

Cada associação é credível, não pela colecção de entidades com quem se relaciona mas pela sua acção concreta na defesa dos interesses dos seus representados.

Outra linha de ataque ideológico respeita a um hipotético esvaziamento representativo da ANS. Os que tal afirmam confundem as suas intenções e desejos com a realidade. Só dois dados que exemplificam o inverso.

A ANS ultrapassou o número de sócio 6.000. Só no último mandato conseguiu quase meio milhão de adesões. É certo que 6.000 não corresponde hoje ao número de sócios contribuintes e, ainda menos, aos activos.

Mas desafiamos todos a verificarem quantas associações de âmbito nacional conseguiram,

nas mesmas condições de combate e de dificuldade, aumentos desta ordem de grandeza na sua massa associativa, ao mesmo tempo reforçando os aspectos organizativos e administrativos, o contacto com os sócios, os meios de comunicação e de difusão de informação.

O segundo dado. Só este trabalho profícuo, credível junto daqueles que representamos e em prol deles, permite a melhoria das receitas de quotizações cobradas, e, o que é muito importante, o enorme número de mensagens que os SMOR de muitas unidades de todo o País e de todos os ramos nos endereçaram, em seu nome próprio e dos seus homens, ao longo deste mandato e neste fim de ano.

De um modo geral com palavras de agradecimento, de coragem e de incentivo a prosseguirmos com este projecto associativo.

Assim se justifica, também, o reforço da lista com que nos apresentaremos ao sufrágio dos sócios nas comemorações do Dia Nacional do Sargento a realizar em Lisboa, no próximo dia 3 de Fevereiro.

Viva a ANS!

Vivam os Sargentos de Portugal!

Viva Portugal!



Lê e Divulga o nosso jornal

15 ANOS
O SARGENTO



Sobre a ADM

Muito gostaríamos nós que, por uma vez que fosse, a vida nos desmentisse e mostrasse que as nossas preocupações e alertas não tinham razão de ser. Infelizmente, mais uma vez, numa área muito delicada, se aproximam as consequências dos nossos piores receios: as nossas esposas não receberam o cartão definitivo da nova ADM!

É certo que há um ofício da entidade gestora, o IASFA, a esclarecer que receberemos mais um questionário, para que todos os conjugues que ainda não tivessem 65 anos à data da promulgação do DL 167/2005, de 23 de Setembro, respondam e se confirme a conformidade com as condições de obtenção da categoria de beneficiário familiar.

Isto apesar de não conhecermos qual a situação real das normas elaboradas pelo GT-ADM (já extinto), que tiveram o compromisso do ministro de as aprovar e publicar, e têm servido de base de trabalho para a entidade gestora assumir compromissos cuja legalidade fica dependente do respeito pela palavra do titular da pasta da tutela que, entretanto, já mudou de pasta.

Já foram aprovadas em conselho de ministros, não foram? Qual ou quais os entraves a que tal ocorra? Qual é o Regulamento com base no qual os nossos familiares obterão a condição de beneficiário familiar? E o Conselho de CEM que tem a dizer sobre a matéria?

Aliás, na sequência da “polémica” carta dos chefes militares o CEMGFA cessante veio publicamente afirmar que este era um dos aspectos já tratados. Afinal, parece que não será bem assim... ou será?

Infelizmente, mais uma vez a vida teima confirmar os nossos piores receios.

Nota: sugerimos a leitura dos Editoriais dos últimos boletins do IASFA.

Governo não assume responsabilidades em Tragédia com pescadores!

Em primeiro lugar queremos, em nome dos Sargentos de Portugal, endereçar os nossos sinceros e sentidos pésames às famílias enlutadas nesta hora de profundo sofrimento e tragédia.

Não querendo incorrer no mesmo erro que o Governo incorreu na pessoa do senhor ministro da Presidência, Dr. Pedro Silva Pereira, atribuindo culpas aos militares antes de estarem concluídos os inquéritos que o seu colega da Defesa Nacional ordenou, não podemos deixar de realçar o facto de, após 30 anos de desinvestimento consecutivo nas Forças Armadas, da responsabilidade única dos partidos que têm ocupado as cadeiras da Defesa Nacional, perante as consequências dessa política ruinosa, o Governo *lavar daí as suas mãos*.

Não obstante, com o sacrifício, perícia e dedicação dos homens da linha da frente, no mar e no ar, salvam-se por ano muitas centenas de vidas, num serviço público praticamente anónimo, mas presente e eficaz.

Ainda é cedo para se saber com rigor o que correu mal: se houve negligência ou se, simplesmente, o sistema de socorro a vidas e bens no mar, por via marítima e aérea, não satisfaz em situações com esta tipificação.

Recordamos as palavras do ALM Vieira Matias, quando questionou que, se o País não tem dinheiro para manter uma Marinha a funcionar operacionalmente em condições, estará disposto a desbaratar recursos em duas Marinhas?

São questões a que o Governo foge, atirando as culpas para aqueles que andam na linha da frente do socorro, ofendendo-os. Também aqui seria desejável ver a coragem do Governo assumindo as suas responsabilidades políticas e dotando as Forças Armadas com os meios adequados às missões que lhes atribui.

Infelizmente, aqueles pescadores já não poderão usufruir das medidas a implementar na sequência e na conclusão dos inquéritos em curso.

Sobre a retroactividade das reformas do Governo

Esta é uma das questões mais injustas da governação que nos calhou em sorte, viciada em falsas promessas, infelizmente, não cumpridas.

Sobre as dezenas de diplomas legais que o Governo e as Instituições que tutela não cumprem, inventou-se agora um conceito unilateral muito pouco sério: as leis são incumpríveis (nem o corrector ortográfico reconhece o palavração!). E sendo assim, então, revoga-se a lei.

E porque não cumprir a lei? Simplesmente. Porquê?

Levando aquele exemplo até às suas últimas consequências, o País assistiria a uma crise de ruptura como recentemente aconteceu na Argentina. Não tendo o cidadão condições para pagar as dívidas que contrai, revoga-as unilateralmente, porque, para ele, são incumpríveis! Rapidamente o País cairia na bancarrota.

Devido à chamada lei dos coronéis o Governo da altura assumiu para com aqueles militares vários compromissos, sendo um deles, a comparticipação a 100% de todas as despesas com a saúde. Este Governo, englobando todos na mesma sacola de pedintes, retirou essa comparticipação, alegando privilégio. Portanto veio revogar retroactivamente um direito do início da década de 90, adquirido com o então Primeiro-ministro o Professor Aníbal Cavaco Silva.

Apesar da clarificação que o conselho de ministros foi obrigado a fazer sobre o DL 166/2005, de 23 de Setembro (com mais de um ano de atraso e na sequência do Passeio do Nosso Descontentamento), revogando o parecer do senhor Serafim Amorim da CGA, a situação continua confusa e haverá camaradas que passaram à situação de reserva com determinadas expectativas baseadas na lei então vigente, que, agora, este Governo não honra.

De outro modo se têm comportado os sucessivos Governos relativamente a direitos adquiridos à custa de árdua luta dos Sargentos e de outros militares. Todos nos lembramos dos processos improcedentes relativamente aos DL 80/1995 e o 299/1997 que corrigiram discrepâncias no nosso sistema retributivo, devido a não poder haver retroactividade. E de tantos outros, cuja enumeração seria fastidiosa.

Mesmo a Assistência na Doença aos Militares, instituída ainda em 1973, no tempo do Professor Marcelo Caetano, está agora a ser revogada na prática, prejudicando seriamente toda a Família Militar. 120 milhões de euros em dois anos: 60 milhões em 2006 e mais 60 milhões previstos para 2007.

Como nos dizia uma alta individualidade do nosso País, no decorrer de uma audiência, tudo isto se baseia num pressuposto que um antigo ministro das Finanças português referia na TV: o conceito de **Direitos Adquiridos** é um conceito reaccionário que tem de ser revogado!

Ali ficámos a saber que, curiosamente, este senhor, que ficou conhecido pelo homem do aperta o cinto, usufrui de várias reformas e não abdica de nenhuma, porque são direitos que adquiriu.

Afinal: revoga-se ou não? Curioso, não é?



Participar na vida associativa é um direito e um dever de cidadania.

Participa!

Sobre o Grupo de Trabalho das Carreiras dos Militares das Forças Armadas (GT-RCMFA)

A constituição de um grupo de trabalho para a reestruturação das carreiras dos militares das Forças Armadas (GT-RCMFA), através do Despacho n.º 63/MDN/2006, de 25 de Maio passado, veio criar excessivas e infundadas expectativas na mente de todos quantos aguardavam, e continuam a aguardar, por algum sentido de justiça no desenvolvimento das suas carreiras profissionais.

Paralelamente, não é inocente a cobertura e relevo que alguma imprensa deu a esta matéria, fazendo acreditar que estaria em curso e pronta a breve prazo a resolução para a problemática das carreiras dos militares.

Para além de, a nível interno, esta propaganda ter tido o efeito de procurar esvaziar a crescente e sentida insatisfação e mal-estar, teve a nível externo, junto do cidadão comum, o efeito de criar a ideia errada que tudo estaria a ser tratado e que portanto, os movimentos de indignação e descontentamento levados a cabo pelas associações socioprofissionais não se justificariam.

Importa ler atentamente o dito despacho para termos a noção não apenas da dimensão da missão imposta a este grupo, como sobretudo para percebermos o seu verdadeiro alcance e objectivo. Esta leitura ajuda-nos a desmontar a ideia errada que se pretendeu criar.

De acordo com o referido documento, este GT tinha por missão *efectuar o diagnóstico da situação e analisar outros modelos de referência e ainda elaborar um novo modelo de carreiras militares com base nos seguintes elementos: políticas de gestão de carreiras e respectivo percurso profissional; necessidades funcionais (quadros de pessoal); desenho de cargos e funções; formação e qualificação; sistema de avaliação; mobilidade; sistema retributivo e de apoio social, e depois analisar o impacte do novo modelo, avaliando os custos sociais e os custos financeiros.*

Por fim, o GT deveria ter concluído até 15 de Dezembro o Projecto Global, que poderá, ou não, vir a ser utilizado pela tutela quando, e se, chegar a hora de decidir sobre estas matérias.

Por tudo isto, na primeira oportunidade que tivemos de reunir com o Presidente deste GT-RCMFA o questionámos se não consideraria estar a ser-lhe oferecido um presente envenenado quando todos sabemos que durante mais de trinta anos, sucessivos governos não puderam, não conseguiram ou mais objectivamente, não quiseram, resolver todas estas questões, dando agora a um grupo presidido por um militar um prazo inferior a seis meses para apresentar um "Projecto Global" sobre a matéria.

Naturalmente este cepticismo não nos coibiu de dar o nosso contributo com toda a dedicação, mas fomos deixando sempre bem claro que o fazíamos

em clara desvantagem e protesto pois o preceituado na Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de Agosto, continua por cumprir.

Do mesmo modo continuam por resolver os congestionamentos, injustiças e incumprimentos legais nas nossas carreiras militares e retributivas.

Cumprindo o estipulado no despacho, o Presidente do GT fez a entrega deste projecto global no dia 15 de Dezembro, no gabinete do MDN, o que voltou a alimentar alguma imprensa e a trazer de novo a ideia errada que seriam as soluções para os diversos problemas.

O conteúdo deste documento ainda não é do conhecimento da ANS. Estamos a diligenciar no sentido de o conhecer para então nos podermos pronunciar com mais propriedade.

A ANS, respeitando a sua tradição associativa e as legítimas expectativas que os Sargentos de Portugal têm na sua actividade, tudo fará para que os problemas existentes se resolvam e, sobre uma base sã e sólida, se construa um novo modelo de carreira, integrando os vectores estruturantes da formação, funções, vencimentos, avaliação do mérito, fluxo e desenvolvimento de carreiras, no superior interesse de umas Forças Armadas mais qualificadas, operacionais e modernas.

Em suma: carreiras reais, dignas e aliciantes que permitam aos militares e suas famílias dedicarem-se ainda mais ao serviço do País!

Dia Nacional do Sargento
31 Janeiro de 1891 - 31 Janeiro de 2007
116 anos a servir Portugal e os Portugueses!



Lisboa, Voz do Operário
- Sábado, 3 de Fevereiro de 2007 -

- Assembleia-Geral Eleitoral (09H00 - 13H00)
- Evocação do 31 de Janeiro de 1891
- Intervenções e debate
- Almoço de confraternização